

DE ACORDO COM O EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026



SEAD-AP

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ - AMAPÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ História do Estado do Amapá
- ▶ Geografia do Estado do Amapá
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



SEAD-AP

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO
AMAPÁ - AP

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: OP-036OT-26
7901183011094

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	10
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	11
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referenciação, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual.....	13
5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo.....	14
6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)	21
7. Acentuação gráfica.....	21
8. Sinais de pontuação.....	23
9. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	25
10. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação	26
11. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal; Relações de coordenação entre orações e termos da oração	27
12. Regência verbal e nominal.....	33
13. Colocação pronominal	34
14. Figuras de linguagem	35

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas; Números decimais e fracionários: operações e aplicações; Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC)	53
2. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta.....	62
3. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos	65
4. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus.....	68
5. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações)	76
6. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas; Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras .	88
7. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera)	94
8. Análise combinatória simples e noções de probabilidade	98
9. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos.....	104
10. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas	107

História do Estado do Amapá

1. Período Colonial E Disputas Territoriais. Bases Da Ocupação Colonial Na Amazônia: Presença Estrangeira No Cabo Norte E Políticas Do Estado Português (Período Pombalino, Fundação De Macapá E Mazagão, Fortaleza De São José De Macapá)	121
2. Economia Colonial: Mineração, Trabalho Compulsório Indígena E Africano, Contrabando E Rotas Fluviais	125
3. A Cabanagem E Seus Reflexos Na Região Do Amapá	128

ÍNDICE

4. A Questão De Limites Entre Brasil E França: Contestado Franco-Brasileiro, República Do Cunani, Atuação De Cabralzinho E O Laudo Suíço (1900)	131
5. Formação Do Território E Estadualização. Povoamento E Ocupação Do Amapá Nos Séculos Xix E Xx: Garimpo, Extrativismo Vegetal E Fluxos Populacionais; A Criação Do Território Federal Do Amapá (1943) E A Administração De Janary Nunes; Os Grandes Projetos De Exploração Econômica (Icomi, Serra Do Navio, Estrada De Ferro Do Amapá E Projeto Jari) E Os Surto Migratórios; A Elevação Do Amapá A Estado Membro Pela Constituição Federal De 1988 E A Consolidação Político-Administrativa Do Estado.....	135
6. Sociedade, Cultura E Patrimônio. Projetos De Colonização Estatais E Privados E Seus Impactos Sobre Populações Indígenas, Ribeirinhas E Quilombolas.....	138
7. Dinâmicas Sociais, Manifestações Populares E Sincretismo Cultural: Marabaixo, Batuque, Festa De São Tiago E Demais Festividades Religiosas.....	142
8. Patrimônio Histórico, Material E Imaterial De Macapá E Do Amapá	145

Geografia do Estado do Amapá

1. Meio Físico E Quadro Natural; Localização, Limites, Fronteiras E Divisão Político-Administrativa Do Amapá No Contexto Amazônico; Estrutura Geológica E Relevo: Planalto Das Guianas, Planaltos Residuais, Planície Costeira E Planície Fluvioamarinha; Ecossistemas: Floresta De Terra Firme E De Várzea, Cerrados E Campos Limpos, Campos Inundáveis E Manguezais; Clima E Solos; Rede Hidrográfica: Bacias Do Amazonas, Araguari, Jari E Oiapoque; Fenômeno Da Pororoca	155
2. População, Urbanização E Dinâmica Social; Dinâmica Demográfica: Crescimento, Distribuição Espacial, Estrutura Etária E Fluxos Migratórios; Indicadores Socioeconômicos; Populações Tradicionais: Indígenas, Quilombolas E Ribeirinhos; Territórios E Modos De Vida; Processo De Urbanização, Rede Urbana E O Papel Da Região Metropolitana Macapá-Santana	159
3. Espaço Econômico, Geopolítica E Sustentabilidade; Estrutura Econômica: Extrativismo Vegetal E Mineral, Agropecuária, Indústria, Comércio E Serviços; A Área De Livre Comércio De Macapá E Santana; Infraestrutura De Transportes, Energia E Integração Regional: Rodovias, Portos E Hidrelétricas; Geopolítica Da Fronteira Com A Guiana Francesa E O Suriname; A Margem Equatorial E As Perspectivas Socioeconômicas E Ambientais Da Exploração De Petróleo E Gás Na Costa Do Amapá; Questões Socioambientais, Unidades De Conservação, Terras Indígenas E Desenvolvimento Sustentável.....	163

Noções de Informática

1. Conceitos Básicos De Informática: Principais Componentes De Um Computador: Hardware, Software, Dispositivos De Entrada E Saída De Dados	171
2. Noções Básicas Do Sistema Operacional Windows.....	173
3. Internet: Navegação, Sites, Links, Ferramentas De Busca E Impressão De Páginas	177
4. Correio Eletrônico (E-Mail).....	186
5. Noções Básicas De Editor De Texto Microsoft Word 2019: Formatação De Texto, Parágrafo, Marcadores, Numeração, Imagens, Configuração De Página E Tabelas	187
6. Noções Básicas De Planilha Eletrônica Microsoft Excel 2019: Formatação De Células, Cálculos Simples, Gráficos, Fórmulas E Funções Básicas	201
7. Aplicativos De Segurança: Antivírus E Firewall.....	216

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Assistente Administrativo

1. Noções De Administração E Atendimento Ao Público: Noções De Administração: Planejamento, Organização, Direção E Controle	223
2. Ética No Serviço Público	232
3. Atendimento Ao Público Interno E Externo: Qualidade No Atendimento, Postura Profissional E Comunicação Presencial, Telefônica E Eletrônica	234
4. Direitos E Deveres Dos Usuários Dos Serviços Públicos	243
5. Relações Humanas No Trabalho	249
6. Trabalho Em Equipe	251
7. Redação Oficial, Protocolo E Gestão De Documentos: Redação Oficial: Princípios, Pronomes De Tratamento E Padrão Ofício; Elaboração De Ofícios, Memorandos, Requerimentos, Despachos, Atas E Relatórios	256
8. Protocolo: Recebimento, Registro, Distribuição, Tramitação E Expedição De Documentos E Processos	269
9. Noções De Arquivologia: Ciclo De Vida Dos Documentos, Arquivos Corrente, Intermediário E Permanente E Métodos De Arquivamento; Gestão Eletrônica De Documentos E Processos; Acesso À Informação E Proteção De Dados Pessoais	272
10. Noções De Gestão De Pessoas, Materiais, Compras E Contratos: Noções De Gestão De Pessoas: Registros Funcionais, Movimentação, Recrutamento, Seleção E Capacitação	290
11. Regime Jurídico Dos Servidores Públicos Civis Do Estado Do Amapá: Direitos, Deveres, Proibições E Penalidades	298
12. Noções De Sindicância E Processo Administrativo Disciplinar	319
13. Noções De Gestão De Materiais: Recebimento, Armazenagem, Controle De Estoque E Inventário	325
14. Noções De Licitações E Contratos (Lei Nº 14.133/2021): Princípios, Modalidades, Contratação Direta E Fiscalização Contratual	348
15. Noções De Convênios: Execução, Acompanhamento E Prestação De Contas	399
16. Noções De Direito Administrativo, Constitucional E Orçamento Público: Organização Da Administração Pública: Direta E Indireta	405
17. Atos E Poderes Administrativos	409
18. Direitos E Garantias Fundamentais	416
19. Administração Pública E Servidores Públicos Na Constituição Federal; Princípios Da Administração Pública	425
20. Noções De Orçamento Público: Ppa, Ldo E Loa	429
21. Despesa Pública: Estágios De Empenho, Liquidação E Pagamento	431
22. Noções Da Lei De Responsabilidade Fiscal	436
23. Noções De Informática: Editores De Texto E Planilhas Eletrônicas	453
24. Correio Eletrônico	453
25. Internet	453
26. Sistemas Eletrônicos De Processo	453
27. Noções De Segurança Da Informação	457

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

AMOSTRA

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.



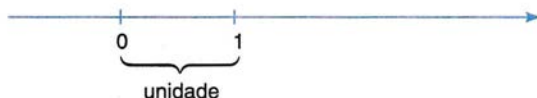
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS (NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS): PROPRIEDADES, OPERAÇÕES E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS; NÚMEROS DECIMAIS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E APLICAÇÕES; MÚLTIPLOS E DIVISORES: CRITÉRIOS DE DIVISIBILIDADE, MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM (MMC) E MÁXIMO DIVISOR COMUM (MDC)

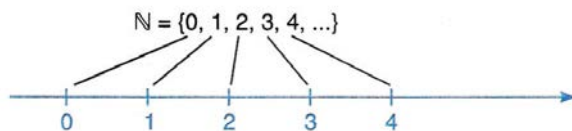
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS - $\mathbb{N}^1$

O conjunto dos números naturais, representado por $\mathbb{N}$, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto $\mathbb{N}$ é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em $\mathbb{N}$:

1 – Números Naturais não nulos

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; \mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}, \text{ com } n \in \mathbb{N}$$

3 – Números Naturais ímpares

$$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots, 2n + 1, \dots\}, \text{ com } n \in \mathbb{N}$$

4 – Números primos

$$\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, \dots\}$$

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

- O sucessor de m é $m+1$.
- O sucessor de 1 é 2.
- O sucessor de 4 é 5.

- Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

- 5 e 6 são números consecutivos.
- 9 e 10 são números consecutivos.
- 90 e 91 são números consecutivos.

- Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

- Todo número natural dado N , exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão “sequência dos números naturais pares” para representá-lo: $\mathbb{P} = \{0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, \dots\}$.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: $\mathbb{I} = \{1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, \dots\}$.

Operações com Números Naturais

- Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total

- Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantidade de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando $a-b$ tal que $a \geq b$.

¹ Referências Bibliográficas:

CABRAL, Luiz Claudio; NUNES, Mauro César – Matemática básica explicada passo a passo – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

AMOSTRA

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

▪ **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: $2 \times 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "·", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{r} a \\ r \end{array} \overline{) \begin{array}{r} b \\ q \end{array}} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

$$45 : 9 = 5$$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

$$45 = 5 \times 9$$

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q, teríamos a seguinte igualdade: $n \div 0 = q$, o que implicaria em $n = 0 \times q = 0$, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a, b e c:

- **Associatividade da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutatividade da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associatividade da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutatividade da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** $a \cdot (b + c) = a \cdot b + a \cdot c$
- **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** $a \cdot (b - c) = a \cdot b - a \cdot c$

- **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

PROBLEMAS COM AS QUATRO OPERAÇÕES

Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x: $\boxed{2x}$

O triplo de um número: $\boxed{3x}$

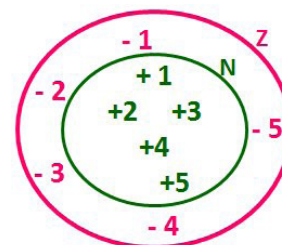
O dobro de um número adicionado de 4: $\boxed{2x + 4}$

Um número adicionado de seu triplo: $\boxed{x + 3x}$

O quádruplo de a subtraído do sêxtuplo de y: $\boxed{5a - 6y}$

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

HISTÓRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

PERÍODO COLONIAL E DISPUTAS TERRITORIAIS. BASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL NA AMAZÔNIA: PRESENÇA ESTRANGEIRA NO CABO NORTE E POLÍTICAS DO ESTADO PORTUGUÊS (PERÍODO POMBALINO, FUNDAÇÃO DE MACAPÁ E MAZAGÃO, FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ)

O CABO NORTE NA DISPUTA PELA FOZ DO AMAZONAS

► Geografia de uma fronteira cobiçada

O Cabo Norte correspondia a uma ampla zona da margem setentrional da desembocadura amazônica, articulada aos rios Oiapoque, Araguari, Jari e aos caminhos que conduziam ao interior. Não se tratava de uma faixa vazia: diferentes povos indígenas conheciam canais, ilhas, campos e áreas de floresta e mantinham relações próprias de comércio, deslocamento e ocupação. A navegação dependia das marés, dos bancos de areia e de conhecimentos locais que os europeus não dominavam imediatamente. A posição próxima à Guiana e à entrada do maior sistema fluvial da região tornava o espaço valioso para controlar embarcações, mercadorias e contatos políticos.

O valor estratégico da desembocadura

O domínio de um ponto na costa não equivalia ao controle efetivo de todos os cursos de água. Pequenos estabelecimentos podiam funcionar como entrepostos de troca, bases de reconhecimento e sinais de pretensão territorial. Para Portugal, a presença estável junto à margem esquerda do Amazonas permitiria acompanhar embarcações que se dirigiam a Belém e dificultar instalações rivais. O interesse militar e o interesse comercial, portanto, reforçavam-se mutuamente, enquanto as comunidades locais enfrentavam pressões crescentes sobre suas formas de circulação.

► Europeus e alianças indígenas

Franceses associados à região de Caiena, além de ingleses e neerlandeses em diferentes momentos da expansão atlântica, buscaram oportunidades de navegação e comércio no entorno da foz amazônica. Tais iniciativas não formavam uma presença uniforme ou ininterrupta. Algumas foram temporárias, outras envolveram contatos recorrentes com grupos indígenas. A obtenção de alimentos, informação geográfica e meios de transporte exigia negociação, embora os contatos também envolvessem coerção e violência.

O problema da soberania em áreas extensas

Tratados entre monarquias estabeleciam reivindicações, mas não substituíam a ocupação material. Acordos europeus frequentemente desconsideravam territorialidades indígenas, e

sua aplicação dependia de guarnições, povoações e capacidade de abastecimento. O Tratado de Utrecht, de 1713, constituiu marco importante nas pretensões portuguesas à região, sem encerrar de forma duradoura os conflitos de interpretação sobre rios e limites. Essa distância entre linha diplomática e presença cotidiana explica por que a ocupação de Macapá ganhou importância na política imperial portuguesa.

► Mapas e presença europeia na região guianense

Cartas produzidas por navegadores europeus representavam rios, cabos e ilhas com graus variáveis de precisão. Os nomes geográficos podiam divergir de um documento para outro, criando dificuldades para comparações posteriores. A delimitação de territórios coloniais dependia também de convenções políticas que nem sempre correspondiam ao reconhecimento direto da paisagem. A foz amazônica apresentava condições adicionais de complexidade: grandes canais, ilhas de configuração mutável e correntes que influenciavam rotas. Os navegantes combinavam observações próprias e informações transmitidas por pilotos locais, muitas vezes indígenas. A produção cartográfica estava, assim, associada a relações de poder e acesso desigual ao conhecimento geográfico. O desenho de uma linha num mapa podia alimentar uma pretensão territorial, mas não demonstrava ocupação efetiva de toda a extensão representada.

Escalas de controle costeiro e interior

A instalação de um posto junto ao mar atendia à navegação atlântica, enquanto o domínio dos rios interiores dependia de alianças, embarcações menores e capacidade de manter abastecimento. Essa diferença explica por que incursões estrangeiras não devem ser interpretadas necessariamente como colonização integral e por que Portugal voltou repetidamente ao objetivo de povoar o Cabo Norte. Uma povoação permanente fornecia informações, alimentos e apoio às patrulhas, mas criava também novas demandas por pessoas e recursos. Sob a ótica indígena, a multiplicação de autoridades externas introduzia possibilidades de negociação e ameaças de recrutamento e deslocamento. A geopolítica europeia era vivida localmente como mudança nas relações de troca e circulação.

A análise da presença estrangeira exige distinguir intenção comercial, tentativa de instalação permanente e reconhecimento diplomático. Um navegador podia percorrer um rio e negociar produtos sem estabelecer governo sobre suas margens. De modo semelhante, a existência de reivindicação portuguesa não significava vigilância constante. Os limites dessa presença explicam a importância atribuída pela Coroa ao assentamento de famílias e à construção de instalações militares. A participação

AMOSTRA

indígena nesses processos foi decisiva tanto pelo conhecimento geográfico quanto pela possibilidade de apoiar ou resistir a iniciativas externas. A ocupação colonial deve, portanto, ser compreendida como disputa entre projetos políticos e formas de uso territorial que já existiam na região.

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA E REFORMAS NO SÉCULO XVIII

► A reorganização pombalina da Amazônia

A política associada ao período de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, fortaleceu iniciativas de povoamento, reorganização administrativa e controle das atividades econômicas amazônicas. Seu objetivo incluía ampliar a presença da Coroa em pontos considerados vulneráveis, ordenar o comércio e subordinar aldeamentos e povoações a mecanismos coloniais. A promoção de vilas e a concentração de famílias colonizadoras eram meios de afirmar jurisdição sobre territórios extensos. Essas medidas combinaram discurso de ordenamento com profundas desigualdades entre colonizadores e populações submetidas ao poder português.

Diretório dos Índios e transformação das relações locais

O Diretório dos Índios integrou o esforço de intervenção sobre os aldeamentos, a organização do trabalho e os costumes das comunidades indígenas. O reconhecimento formal de certas condições jurídicas não significou liberdade efetiva diante das demandas por serviços, deslocamentos e integração compulsória à administração colonial. A atuação de diretores, militares e autoridades locais condicionava a aplicação das regras. Para os povos indígenas, alterações de nomes de povoações, imposição da língua portuguesa e recrutamento para tarefas coloniais podiam transformar profundamente a vida coletiva.

► A criação de São José de Macapá

Macapá desenvolveu-se a partir da ocupação portuguesa da margem setentrional do Amazonas e recebeu famílias colonizadoras no século XVIII. A elevação à condição de vila, em 1758, reforçou seu papel institucional. O núcleo articulava espaços de residência, práticas religiosas, administração civil e instalações de defesa. A ocupação planejada não se realizou de modo linear: abastecimento irregular, enfermidades, dificuldades de transporte e condições ambientais impunham obstáculos a colonos, militares e trabalhadores compulsórios.

Vila como instrumento de governo

A vila reunia autoridades e produzia registros de população e atividade econômica, além de servir como referência para o controle do território circundante. Diferentemente de um posto militar isolado, a povoação pretendia criar permanência familiar, circulação de produtos e redes de serviço. A relação entre planejamento estatal e cotidiano concreto era marcada por adaptações, pois a sobrevivência exigia roçados, pesca e intercâmbio com moradores que conheciam o ambiente. Assim, o processo de fundação deve ser compreendido como estabelecimento institucional e também como construção social prolongada.

As medidas coloniais podem ser distinguidas pelo instrumento utilizado e pelo efeito buscado:

Instrumento	Função principal	Limitação observável
Fundação de vilas	Fixar moradores e autoridades	Dependência de abastecimento e trabalho
Reforma de aldeamentos	Integrar comunidades à administração	Coerção e conflitos sobre autonomia
Fortificações	Vigiar e defender áreas estratégicas	Alcance limitado fora das posições ocupadas

A comparação mostra que a presença portuguesa combinava dispositivos civis, militares e laborais. Nenhum deles assegurava isoladamente domínio territorial: a eficácia dependia de sua articulação, de recursos disponíveis e da ação dos próprios habitantes.

► A política de povoamento e suas condições concretas

O envio de famílias para a margem norte do Amazonas atendia a objetivos de fixação territorial, mas o deslocamento de colonos não assegurava sua permanência. Um assentamento exigia roças em produção, moradias adequadas, ferramentas, animais quando disponíveis e meios de comunicação com Belém. Falhas nesses elementos podiam produzir desabastecimento, adoecimento e saída de moradores. As autoridades precisavam conciliar expectativas metropolitanas com dificuldades observadas nos núcleos instalados. As iniciativas de urbanização também buscavam ordenar espaços em torno de ruas, praças e edifícios administrativos. Essa geometria expressava a autoridade colonial, mas as práticas cotidianas frequentemente adaptavam o planejamento às características do terreno e à proximidade dos rios.

Administração reformista e permanência da coerção

As reformas pombalinas não representam uma passagem simples de formas violentas de dominação para relações livres de trabalho. Mudanças institucionais alteraram competências de autoridades e condições jurídicas, enquanto o recrutamento coercitivo e a dependência da força de trabalho indígena continuaram presentes. A expansão de vilas e obras públicas intensificava necessidades de remadores, trabalhadores da construção e agricultores. A diferença entre norma declarada e experiência cotidiana constitui



GEOGRAFIA DO ESTADO DO AMAPÁ

MEIO FÍSICO E QUADRO NATURAL; LOCALIZAÇÃO, LIMITES, FRONTEIRAS E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO AMAPÁ NO CONTEXTO AMAZÔNICO; ESTRUTURA GEOLÓGICA E RELEVO: PLANALTO DAS GUIANAS, PLANALTOS RESIDUAIS, PLANÍCIE COSTEIRA E PLANÍCIE FLUVIOMARINHA; ECOSISTEMAS: FLORESTA DE TERRA FIRME E DE VÁRZEA, CERRADOS E CAMPOS LIMPOS, CAMPOS INUNDÁVEIS E MANGUEZAIS; CLIMA E SOLOS; REDE HIDROGRÁFICA: BACIAS DO AMAZONAS, ARAGUARI, JARI E OIAPOQUE; FENÔMENO DA POROROCA

POSIÇÃO GEOGRÁFICA, LIMITES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO AMAPÁ

► Localização e limites no contexto amazônico

Posição equatorial e dimensão territorial

O Amapá ocupa o extremo nordeste da Região Norte do Brasil, sobre o segmento oriental do Planalto das Guianas, em posição de transição entre o baixo curso do rio Amazonas e o litoral atlântico setentrional. O território é cortado pela linha do Equador, que passa sobre a capital, Macapá, a única capital estadual brasileira atravessada por esse paralelo fundamental. Com cerca de 142,5 mil km², o estado supera em dimensão países como a Grécia, mas abriga população reduzida e uma das menores densidades demográficas do país. A localização equatorial define o regime de insolação e de chuvas, e a fachada voltada para a foz do Amazonas confere ao litoral uma dinâmica marinho-fluvial singular, na qual a descarga sedimentar do maior rio do mundo molda bancos de lama e canais de maré.

Fronteiras internacionais e limites interestaduais

Os limites do Amapá combinam uma fronteira internacional terrestre, um limite interestadual extenso e duas frentes aquáticas. A fronteira com a Guiana Francesa, território ultramarino da França, torna o estado o único ponto de contato terrestre do Brasil com a União Europeia. O limite com o Pará, por sua vez, acompanha em boa parte o curso do rio Jari e linhas convencionais no interior, enquanto a leste e ao sul o estado é banhado pelo canal norte do Amazonas e por sua foz. A leitura correta desse quadro exige uma precisão: o Amapá não possui limite terrestre direto com o Suriname, pois a fronteira Brasil-Suriname se desenvolve integralmente em território paraense. A relação amapaense com o Suriname é, portanto, de vizinhança regional no Escudo das Guianas, e não de contiguidade territorial.



Localização do estado do Amapá no território brasileiro¹

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Amap%C3%A1#/media/Ficheiro:Amapa_in_Brazil.svg

AMOSTRA

O conjunto de limites pode ser sintetizado, em seus quatro sentidos cardeais, nos itens seguintes, que explicitam o vizinho e o elemento físico que sustenta cada divisa.

- Ao norte, a Guiana Francesa, separada do Amapá em grande parte pelo rio Oiapoque e, no interior, pelo divisor de águas da serra do Tumucumaque.
- A oeste e ao sul, o estado do Pará, com limite marcado pelo rio Jari e por trechos convencionais ao longo dos interflúvios.
- A leste e ao nordeste, o oceano Atlântico, em um litoral recortado por baías, rias fluviais e extensos manguezais.
- Ao sudeste, a foz do rio Amazonas, em que o canal norte e as ilhas fluviomarinhas conectam o estado ao arquipélago do Marajó.

► Divisão político-administrativa

Formação territorial e condição de ente federativo

O espaço hoje denominado Amapá integrou durante séculos a antiga capitania e depois província do Grão-Pará, e permaneceu sob litígio com a França até o início do século XX, quando uma arbitragem internacional, concluída em 1900, reconheceu a soberania brasileira sobre a região entre o Oiapoque e o Araguari, conhecida como Contestado Franco-Brasileiro. Em 13 de setembro de 1943, o Decreto-Lei nº 5.812 criou o Território Federal do Amapá, desmembrado do Pará por razões geopolíticas e de defesa de fronteira. Macapá foi confirmada como capital em 1944. A Constituição de 1988 elevou o território à condição de estado, e a instalação formal do governo estadual ocorreu em 1º de janeiro de 1991, com a posse da primeira Assembleia Legislativa.

Municípios e regionalização do IBGE

O estado é dividido em 16 municípios, entre os quais Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão, Porto Grande, Tartarugalzinho, Calçoene, Amapá, Ferreira Gomes e Serra do Navio. A regionalização oficial do IBGE, vigente desde 2017, organiza esses municípios em duas regiões geográficas intermediárias e quatro regiões geográficas imediatas, cuja delimitação reflete os fluxos reais de pessoas, bens e serviços. Um segundo recorte, de natureza estadual, é a Região Metropolitana de Macapá, instituída por lei complementar em 2003 e hoje composta por Macapá, Santana e Mazagão. A rede viária desenha dois eixos principais: o corredor que liga Macapá ao Oiapoque pela BR-156 e o eixo meridional que alcança Laranjal do Jari.

ESTRUTURA GEOLÓGICA E RELEVO, DO PLANALTO DAS GUIANAS À PLANÍCIE FLUVIOMARINHA

► Arcabouço geológico

Embasamento cristalino pré-cambriano

A base geológica do Amapá pertence ao Escudo das Guianas, um dos grandes núcleos antigos da plataforma sul-americana, formado por rochas pré-cambrianas de alto grau metamórfico, como gnaisses, granitos, migmatitos e granulitos, associadas a faixas de rochas metassedimentares e vulcânicas. Esse conjunto cristalino ocupa a metade ocidental e central do estado, onde afloram os relevos mais elevados. Nas sequências metassedimentares da região de Serra do Navio, formações com óxidos de ferro e de manganês constituíram a base da mineração que marcou a economia amapaense na segunda metade do século XX. A intensa alteração química sob clima quente e úmido produziu mantos de intemperismo espessos, que condicionam os solos da região.

Coberturas sedimentares terciárias e quaternárias

Sobre o embasamento, e em direção ao litoral, aparecem coberturas sedimentares mais jovens. Os sedimentos terciários, em geral arenoargilosos e correlatos à Formação Barreiras, compõem extensas superfícies de baixa altitude entre o cristalino e a costa. Os depósitos quaternários, por sua vez, abrangem aluviões fluviais, areias de cordões litorâneos e lamas depositadas pela ação conjunta dos rios e das marés, e registram a migração de sedimentos transportados pelo Amazonas ao longo da costa. No mar, a plataforma continental adjacente abriga a bacia sedimentar da Foz do Amazonas, de grande espessura, cujo potencial petrolífero é objeto de intenso debate econômico e ambiental.

► Unidades de relevo

Planalto das Guianas e planaltos residuais

O relevo amapaense é predominantemente plano ou suavemente ondulado, e as altitudes que superam algumas centenas de metros restringem-se às serras do interior. No noroeste e no centro-oeste, o Planalto das Guianas, em sua porção cristalina, forma superfícies dissecadas, morros, colinas e cristas alongadas, dentre as quais se destacam as serras do Tumucumaque, do Navio e Lombarda. Essas elevações são planaltos residuais, preservados pela erosão diferencial das rochas mais resistentes. As cotas máximas do estado situam-se na faixa de poucas centenas de metros, abaixo de 700 metros, e o divisor de águas do Tumucumaque separa as drenagens que seguem para o Atlântico e para o Amazonas das que alimentam as bacias das Guianas.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: PRINCIPAIS COMPONENTES DE UM COMPUTADOR: HARDWARE, SOFTWARE, DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware

Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

AMOSTRA

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

► Componentes internos principais

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

SOFTWARE: PROGRAMAS, SISTEMAS E APLICAÇÕES

► Conceito de software

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que

o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

► Tipos de software

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

► Sistema operacional, drivers e utilitários

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

INTEGRAÇÃO ENTRE HARDWARE E SOFTWARE

► Funcionamento conjunto do sistema

Como o computador executa tarefas

O computador funciona por meio da integração entre hardware e software. O hardware fornece a estrutura física necessária para executar operações, enquanto o software envia instruções que organizam o uso desses componentes. Quando o usuário abre um navegador, por exemplo, o sistema operacional coordena o processador, a memória RAM, o armazenamento, a placa de rede, o teclado, o mouse e o monitor para que a página seja acessada e exibida corretamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE

A administração é uma área fundamental em qualquer organização, seja ela uma empresa, uma instituição pública, uma ONG ou até mesmo uma família. Ela envolve o planejamento, a organização, a direção e o controle de recursos para alcançar os objetivos estabelecidos. Vamos explorar os fundamentos básicos dessa disciplina, compreendendo seus conceitos, características e finalidade.

► Conceitos Fundamentais

- **1. Planejamento:** É a fase inicial do processo administrativo, em que são definidos os objetivos a serem alcançados e as estratégias para atingi-los. Envolve prever as necessidades futuras e elaborar planos de ação para enfrentar os desafios.
- **2. Organização:** Refere-se à estruturação dos recursos disponíveis, sejam eles humanos, financeiros, materiais ou tecnológicos. Envolve a divisão de tarefas, a definição de responsabilidades e a criação de hierarquias claras.
- **3. Direção:** Consiste em orientar e motivar as pessoas para que elas executem as atividades conforme planejado. Envolve liderança, comunicação eficaz e capacidade de influenciar o comportamento dos colaboradores.
- **4. Controle:** É a etapa final do processo administrativo, em que são avaliados os resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos. Envolve monitorar o desempenho, identificar desvios e tomar medidas corretivas quando necessário.

► Características Essenciais

- **1. Universalidade:** Os princípios da administração são aplicáveis a qualquer tipo de organização, independentemente do seu tamanho, natureza ou setor de atuação.
- **2. Interdisciplinaridade:** A administração envolve conhecimentos de diversas áreas, como economia, psicologia, sociologia, direito e tecnologia da informação.
- **3. Flexibilidade:** As técnicas e práticas administrativas devem ser adaptadas às mudanças no ambiente externo e interno da organização.

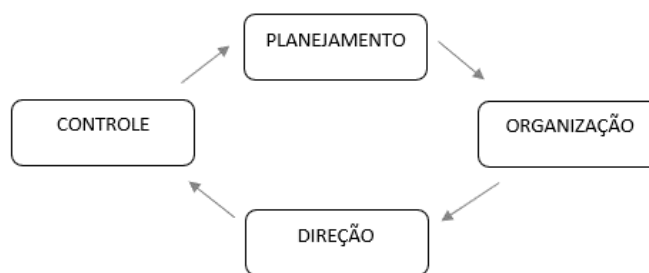
- **4. Complexidade:** A administração lida com sistemas complexos, onde as interações entre os diferentes elementos podem gerar resultados imprevisíveis.

Finalidade da Administração

- **1. Alcançar Objetivos:** A principal finalidade da administração é garantir que a organização atinja seus objetivos de forma eficiente e eficaz.
- **2. Maximizar Recursos:** A administração busca utilizar os recursos disponíveis da melhor maneira possível, otimizando o uso de tempo, dinheiro, pessoas e materiais.
- **3. Adaptar-se às Mudanças:** Em um mundo em constante transformação, a administração deve ser capaz de se adaptar às mudanças do ambiente externo e interno, antecipando-se a elas sempre que possível.
- **4. Promover o Desenvolvimento:** A administração não se limita apenas a alcançar metas de curto prazo, mas também busca promover o desenvolvimento sustentável da organização a longo prazo.

FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

► Planejamento, organização, direção e controle



Planejamento:

Planejamento é um processo estruturado com o propósito de alcançar uma condição futura desejada. Inicialmente, a organização realiza uma análise da sua situação atual, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e fragilidades elementos centrais nesse processo. O planejamento não deve ser compreendido como uma ação isolada, mas como uma sequência lógica de etapas interligadas que resultarão na construção de um plano.

AMOSTRA

Entre suas principais características, destacam-se:

- Representa o ponto de partida;
- Serve para aumentar as chances de sucesso;
- Busca reduzir as incertezas, mesmo sem eliminá-las totalmente;
- Trata do futuro, mas sem a pretensão de prevê-lo com exatidão;
- Reconhece a influência do presente sobre o futuro, e como as ações atuais o moldam;
- Estimula uma postura PROATIVA, evitando reações tardias ou passivas;
- Leva a organização a reconhecer tanto suas limitações quanto suas capacidades;
- O processo de planejamento é mais relevante do que o plano em si.

Segundo Idalberto Chiavenato, “Planejamento é um processo de estabelecer objetivos e definir a maneira como alcançá-los”.

- **Processo:** é a sequência de passos que conduzem a um resultado, sendo este resultado o plano;
- **Estabelecer objetivos:** refere-se à definição de metas a serem atingidas;
- **Definir a maneira:** diz respeito à escolha dos meios e caminhos para alcançar esses objetivos.

Etapas do Planejamento:

- **Definir os objetivos:** Determinar o que se deseja e aonde se pretende chegar;
- **Analisar a situação atual:** Compreender a realidade da organização;
- **Projetar cenários futuros possíveis:** Antecipar tendências e acontecimentos;
- **Avaliar e selecionar alternativas:** Escolher os caminhos mais adequados;
- **Executar o plano e verificar os resultados:** Colocar as ações em prática e mensurar seus efeitos.

Benefícios do Planejamento:

- Fornece um direcionamento claro (“norte”);
- Facilita a concentração de esforços;
- Define parâmetros para controle e avaliação;
- Contribui com a motivação da equipe;
- Favorece o autoconhecimento da organização.

► Processo de Planejamento

Planejamento Estratégico (ou Institucional):

A estratégia representa o caminho escolhido para se atingir os objetivos traçados pela visão organizacional. O planejamento estratégico é o nível mais abrangente, voltado para o longo prazo, e serve de base para os níveis subsequentes o tático e o operacional.

Características:

- Abrangência global;
- Envolve objetivos amplos e diretrizes estratégicas;
- Foco em longo prazo;
- Requer uma análise aprofundada do ambiente externo.

Fases do Planejamento Estratégico:

- Definição do negócio, missão, visão e valores;
- Diagnóstico estratégico (interno e externo);
- Formulação da estratégia;
- Implementação;
- Acompanhamento e controle.

► Planejamento Tático (ou Intermediário)

Trata-se de um planejamento de média complexidade, voltado para departamentos ou setores específicos. Traduz as diretrizes estratégicas em objetivos mais específicos e práticos, com foco no médio prazo.

Características:

- Desdobra o Planejamento Estratégico;
- Define metas específicas por área;
- Enfoque departamental e de médio alcance.

► Planejamento Operacional (ou de Chão de Fábrica)

Com menor complexidade, está voltado para atividades rotineiras e de curto prazo. É um desdobramento detalhado dos planos estratégicos e táticos, voltado à execução de tarefas diárias.

Características:

- Detalhamento preciso das ações a serem realizadas;
- Execução de tarefas específicas e imediatas;
- Observância das orientações dos níveis estratégico e tático;
- Objetivos claros, específicos e mensuráveis.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

